

zero.

www.zero.org

Relatório de atividades.

2024

ÍNDICE

- I. Introdução ... 2
- II. Sobre a ZERO ... 3
- III. Reflexão sobre a implementação da Estratégia 2024-2028 ... 4
- IV. Objetivos Anuais 2024 e análise da sua implementação – Objetivos Transversais --- 5
- V. Objetivos Anuais 2024 e análise da sua implementação – Objetivos Temáticos --- 12
 - 1. Sociedades Sustentáveis e Novas Formas de Economia ... 13
 - 2. Clima, Energia e Mobilidade ... 19
 - 3. Solo e Gestão do Território ... 26
 - 4. Água e Oceano ... 28
 - 5. Biodiversidade, Agricultura e Floresta ... 32

I. INTRODUÇÃO

A ZERO- Associação Sistema Terrestre Sustentável completou em 2024 nove anos de existência, motivo suficiente para olhar para o caminho já percorrido e perspetivar o caminho que se abre no futuro próximo. Em 2015 foi elaborada uma estratégia muito centrada nos, então, recentemente aprovados objetivos do desenvolvimento sustentável. Em 2024 foi aprovada uma nova estratégia que, sem descurar a orientação anterior, procurou trabalhar a dimensão temática e organizacional. Foram definidos objetivos estratégicos transversais e temáticos e objetivos anuais para cada um deles. Este relatório apresenta as principais ações realizadas para os concretizar.

O contexto de desenvolvimento da ação da ZERO é hoje significativamente diferente do existente quando iniciou a sua ação. É certo que em cada momento há desafios estruturais e conjunturais. Contudo, vemos com pesar e consternação, forças poderosas a pôr em causa o que já foi atingido. Mesmo na União Europeia, que tantas vezes tem sido o bastião da promoção da sustentabilidade a nível mundial, não obstante as fortes limitações na sua concretização dentro do seu próprio espaço, vemos crescer uma onda de vozes que, através da manipulação da informação e de uma visão de curto-prazo, põem em causa a centralidade do tema ambiental e que procuram fazer avançar a dar protagonismo à velha abordagem do crescimento como elemento base da sociedade e instigar antagonismos (por exemplo emprego vs ambiente) que os últimos anos permitiram desconstruir. O ataque não é apenas dirigido aos temas ambientais e à ação da UE, mas também àqueles que lutam pelo bem comum e procuram trazer a sua voz para a mesa das negociações e para o debate político e técnico. A procura de descredibilizar as ONG, em particular na área ambiental, é uma realidade palpável em Bruxelas e em vários países da UE, que não podemos ignorar, até pelas implicações que pode acarretar em termos da confiança dos apoiantes e mecenas e da redução das fontes de financiamento.

A tudo isto há ainda que juntar os conflitos armados que vêm expor a incapacidade da Humanidade para aprender com os erros do passado. Um deles, o que nos é geograficamente mais próximo, está a conduzir-nos à perspetiva de direcionar volumes significativos de investimento para áreas que muitos de nós desejaríamos que não fossem necessárias, como é o caso da indústria da defesa, particularmente agora que o eixo transatlântico está em crise. Arrasta também com ele uma percecionada ameaça existencial que dificulta a construção de uma perspetiva humanista e integradora. Um outro, expressa até que ponto conseguimos ser desumanos uns em relação aos outros e como conseguimos justificar os crimes mais hediondos através de “causas” e esquecer-nos de que é mais o que nos une do que o que nos separa.

Este enquadramento está a ser fortemente reforçado pelo que se passa do outro lado do oceano, com o presidente eleito a aparentemente apostar tudo no unilateralismo, na intolerância e na lei da força, aliando-se a outros países que partilham parcial ou totalmente as mesmas convicções.

Não é um momento simples na história da Humanidade e logo quando a ciência nos indica com clareza, que estamos nos anos decisivos para determinar o futuro das gerações futuras, um legado pelo qual somos responsáveis e que não pode ser relegado para segundo plano, na voracidade dos dias e da necessidade de acomodar os interesses do presente.

E é neste contexto que a ZERO definiu uma estratégia de ação até 2028, assente em objetivos estratégicos transversais e temáticos. Aquando da sua aprovação as nuvens no horizonte eram menos carregadas, pelo que poderá ser necessário proceder a alterações. Aliás, a própria experiência durante 2024 veio tornar mais claro que nem tudo o que aí foi previsto poderá ser atingido. Contudo, no essencial, a Estratégia demonstrou ser uma ferramenta útil para guiar a ação da ZERO.

Este relatório de atividades apresenta uma estrutura diferente por relação a anos anteriores, uma vez que é o primeiro a dar conta do trabalho realizado rumo à concretização dos diversos objetivos estratégicos definidos. Esperamos que, neste novo formato, seja possível aos Associados da ZERO ficarem com uma ideia mais próxima do caminho trilhado pela ZERO em 2024 rumo à concretização da sua visão estratégica.

A estrutura do relatório começa por relembrar alguns dos elementos básicos de enquadramento da ação da ZERO, nomeadamente, quem somos, a nossa visão, missão e valores fundamentais. De seguida avança para

um resumo das principais conquistas e grandes linhas de ação de 2024. Segue-se a apresentação dos objetivos estratégicos transversais e a análise das ações desenvolvidas para a sua concretização, o mesmo acontecendo, no capítulo seguinte, com os objetivos temáticos.

II. SOBRE A ZERO

Quem somos

A ZERO – Associação Sistema Terrestre Sustentável é uma organização não governamental de ambiente sem fins lucrativos, com utilidade pública e de âmbito nacional. Exerce a sua atividade com total independência relativamente aos partidos políticos, empresas e entidades com fins lucrativos, de natureza religiosa e ao governo. Foi criada no final de 2015, fruto do interesse comum de cerca de uma centena de pessoas pela defesa dos valores da sustentabilidade.

Tem como principal foco do seu trabalho a alteração das políticas públicas, tendo como objetivo último assegurar a mudança estrutural na sociedade que permita que a sustentabilidade se torne a norma.

Está organizada em cinco áreas temáticas, no âmbito das quais procura abarcar um alargado número de temas ambientais. As áreas temáticas são:

- Água e Oceanos
- Alterações Climáticas, Energia e Mobilidade
- Biodiversidade, Agricultura e Florestas
- Sociedades Sustentáveis e Novas Formas de Economia
- Solo e Gestão do Território

A nossa Visão

Um mundo justo e equitativo, onde o bem-estar das gerações presentes e futuras é assegurado respeitando os equilíbrios naturais do planeta e a vida em todas as suas formas.

A nossa Missão

Trabalhamos para tornar a sustentabilidade o elemento estruturante das políticas públicas, nacionais e internacionais, através do diálogo com os decisores políticos e com as empresas, da articulação com organizações congéneres e da pressão social. Mobilizamos a sociedade através da comunicação, da capacitação e da sensibilização.

Os nossos Valores

Independência - face a interesses que não se alinham com a nossa Visão.

Responsabilidade - equilibrando diferentes perspetivas, mantendo um espírito crítico e coerente, sem perder de vista a urgência da ação transformadora.

Rigor - ação baseada em conhecimento abrangente e, em particular, em conhecimento científico.

Transparência - explicitação clara dos objetivos, dos interesses que defendemos e das fontes de financiamento.

Integridade - utilização dos recursos disponíveis para os fins a que se destinam e respeito por valores e princípios éticos fundamentais.

Diálogo e cooperação - com todas as partes e intervenientes na sociedade.

III. REFLEXÃO SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DA ESTRATÉGIA 2024-2028

O ano de 2024 marcou o primeiro ano de implementação da Estratégia 2024-2028. Após um processo que durou vários meses e que implicou um esforço significativo por parte dos colaboradores da ZERO na identificação dos objetivos estratégicos (transversais e temáticos) e dos respetivos objetivos anuais, indicadores, metas e ações, foi necessário dar continuidade à sua ação no sentido de se aproximar do estipulado na estratégia.

Fruto deste primeiro ano de experiência existem algumas reflexões importantes a considerar. A primeira é que alguns dos objetivos não se revelaram tão operacionais como se desejaria, sendo necessárias algumas adaptações agora em 2025, de forma que estes espelhem de forma mais fidedigna o trabalho que está a ser feito.

A segunda é que a sua monitorização nem sempre é simples, quer seja porque o objetivo em si (bem como os objetivos anuais que o constituem) são complexos de medir, seja porque requerem uma participação ativa regular por parte dos colaboradores, o que nem sempre é fácil de conseguir, fruto da carga laboral existente.

A existência de áreas subfinanciadas, não obstante os esforços desenvolvidos para procurar novas fontes de financiamento, é outro dos grandes desafios que se colocam à plena concretização de alguns dos objetivos, em particular nas áreas da conservação da natureza, do solo e ordenamento do território ou da área transversal do apoio jurídico. Mas também temas como as matérias-primas críticas e a mineração requerem mais recursos para permitir um acompanhamento mais próximo e efetivo por parte da ZERO. Uma outra área onde o trabalho ficou aquém do desejado é a da promoção da abordagem da suficiência.

Tal como esperado, alguns objetivos anuais acabaram por ser afetados por situações não identificáveis durante a construção da Estratégia, que levaram a uma necessidade de realocar recursos e conduziram ao desvio das ações para áreas não previstas ou próximas a alguns dos objetivos previstos.

Em termos de fatores externos, a queda do governo acabou por conduzir à instabilidade política em 2024, o que teve um impacto direto na construção do diálogo com decisores políticos, obrigando ao estabelecimento de novos contactos e construção de relações, bem como atrasou todos os processos de decisão e a aprovação de documentos estratégicos. O mesmo aconteceu ao nível Europeu, com as eleições para o Parlamento Europeu e uma mudança muito significativa nos representantes de cada Partido.

Independentemente dos desafios da sua implementação, é claro que a existência de uma definição clara de objetivos e de ações que têm de ser desenvolvidos para os atingir foi um guia para a ação da ZERO. Ainda assim, a perspetiva sobre a Estratégia terá sempre de ser dinâmica e flexível, pois os desafios surgem, muitas vezes de forma inesperada, e cabe à ZERO reorientar opções e ações, no sentido de garantir o melhor resultado possível rumo à visão que partilhamos:

“Um mundo justo e equitativo, onde o bem-estar das gerações presentes e futuras é assegurado respeitando os equilíbrios naturais do planeta e a vida em todas as suas formas.”

IV. OBJETIVOS ANUAIS 2024 E ANÁLISE DA SUA IMPLEMENTAÇÃO – OBJETIVOS TRANSVERSAIS

No âmbito da sua Estratégia para 2028 a definiu oito Objetivos Estratégicos Transversais que se dividem entre as áreas: Impacto-Geral (quatro), Financeiro & Angariação de Fundos (um), Gestão de Pessoas & Feedback (um), Organização Interna (um) e Comunicação Externa (um).

De seguida, segue-se uma apreciação qualitativa breve referente ao cumprimento dos Objetivos Anuais (AO) previstos para 2024 nesta área, no âmbito de cada um dos Objetivos Estratégicos (OE).

A. Impacto | Geral

OE1 | Ser considerada um parceiro-chave para a definição e debate de políticas públicas nas áreas temáticas onde intervém junto dos poderes políticos, da comunicação social e dos parceiros sociais.

Objetivos Anuais
OA1.1 Sermos regularmente chamados para ser ouvidos desde a fase prévia da definição das políticas públicas - junto dos poderes políticos - proceder à monitorização para estruturar a baseline
OA1.2 Sermos abordados pelos principais órgãos de comunicação sempre que haja notícias de fundo sobre matérias fundamentais da nossa área de intervenção - junto da comunicação social - proceder à monitorização para estabelecer um baseline
OA1.3 Ser solicitada a nossa opinião, sermos convidados a reunir ou a fazer parte de parcerias ou coligações - junto de outros parceiros sociais - proceder à monitorização para proceder ao baseline

Neste OE, foram definidas as metodologias para os três ângulos: solicitações por parte dos decisores políticos, notícias em que a ZERO é citada (sem ter emitido comunicado de imprensa) e convites para parcerias ou coligações.

Durante 2024 foi possível verificar que a monitorização da evolução destes três objetivos anuais é algo complexa, uma vez que requer a participação de um número alargado de colaboradores já habitualmente pressionados por outras tarefas, bem como ter sempre presente a existência destas ferramentas de monitorização quando estas interações acontecem. Portanto, o cumprimento das metodologias pelos colaboradores tem margem de melhoria. Para tal, poderão contribuir as reuniões mensais dos coordenadores para refrescar de procedimentos junto das suas equipas.

No âmbito de processos de diálogo sobre temas relevantes, é de referir que em 2024 a ZERO participou ativamente em duas importantes conferências internacionais: a 16ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica em Cali, na Colômbia e na 29ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas em Baku, no Azerbaijão.

OE2 | Melhorar o diálogo e a cooperação com diferentes parceiros a nível nacional e europeu.

Objetivos Anuais
OA2.1 nível europeu: assegurar a participação efetiva (AG) e colaborativa (nos grupos de trabalho) da ZERO nas redes de ONG ou de outros parceiros da sociedade civil de que faz parte.
OA2.2 A nível nacional: consolidar a intervenção do movimento ambientalista através de plataformas, iniciativas e projetos com outras organizações congéneres (C7; Animar; Centro Pinus; Almagem; Sciaena; movimento Alentejo Vivo).

A ZERO entendeu desde o primeiro momento que a pertença a redes internacionais e nacionais seria fundamental para aumentar a eficácia da sua ação. Durante 2024 não se registou a adesão a nenhuma nova rede (mas também não estava prevista), mas houve uma participação ativa naquelas de que já somos membros. Foi assegurada não apenas a participação nas Assembleias Gerais, mas também em diferentes grupos de trabalho (que normalmente têm reuniões regulares – online e presenciais).

De referir ainda que a ZERO, na pessoa do seu presidente, integra as direções da ECOS – coligação ambiental associada à normalização e da *Renewable Grid Initiative*.

OE3 | Assegurar que o impacto da mobilização da sociedade tem representatividade territorial, geracional e social, através da formação a grupos com capacidade de amplificação da mensagem, da comunicação e da sensibilização.

Objetivos Anuais
OA3.1 Implementar plano de dinamização de atividades para Associados
OA3.2 Aumentar n.º de Associados com quotas em dia
OA3.3 Aumentar n.º de Associados Individuais para X
OA3.4 Definir a estratégia de educação para a sustentabilidade ZERO
OA3.5 Aumentar n.º de Associados Coletivos (AC) para X
OA3.6 Assegurar funcionamento do modelo de acolhimento de voluntários.
OA3.7 Aumentar a representatividade de Associados fora das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto (incluindo ilhas)
OA3.8 Incrementar o peso de Associados com menos de 30 anos
OA3.9 Aumentar o número de projetos que envolvem jovens como target
OA3.10 Realizar ações de formação para agentes multiplicadores na área da Economia Circular
OA3.11 Assegurar que se monitoriza o universo de convites endereçados por entidades parceiras à ZERO (participação em eventos; conferências; solicitações de opiniões, etc.)

No que aos objetivos da gestão de Associados diz respeito, destacamos positivamente a conclusão da implementação do sistema de faturação, bem como a implementação de avisos periódicos automáticos de cobrança de quotas (SMS e email). A par dessas iniciativas, foram desenvolvidas campanhas de angariação de novos associados, embora não específicas geograficamente para intentar aumentar a representatividade fora das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto – objetivo esse que estava previsto. Sobre os Associados, acrescentamos as seguintes notas relativas ao cumprimento das metas dos OA:

- Em termos dos Associados com quota em dia, foi feita uma campanha/lembrete para apelar ao pagamento das quotas e procurou-se simplificar e diversificar os processos de pagamento da mesma.
- Dos 170 novos Associados individuais como meta, conseguiu-se 149.
- Dos 4 novos Associados coletivos, conseguiram-se 2.

Relativamente à definição da estratégia de educação para a sustentabilidade ZERO, este OA ficou sem efeito para este ano, tendo sido adiado.

Sobre o desenvolvimento de projetos que envolvem jovens como target, a meta de alcançar 2 ficou cumprida a 50%, tendo sido desenvolvido um, o projeto AtiveLAB.

Contudo, há também que ter em conta os projetos European Climate Pact, Ativa e LIFE ChemBee que promoveram a mobilização social e a representatividade territorial, geracional e social.

Foi ainda organizado o Festival do Clima, que reuniu mais de 500 participantes e destacou a importância da ação climática em Portugal.

Os colaboradores da ZERO participaram também ativamente em eventos, incluindo palestras, debates e conferências, ampliando o alcance da mensagem da ZERO e fortalecendo a sua presença em diferentes contextos sociais e territoriais. Destacamos a realização em abril de 2024, em parceria com outras entidades, do **9º Encontro Nacional Pela Justiça Climática**, em Boticas, Vila Real, que reuniu organizações e comunidades para discutir os impactos ambientais e sociais da mineração e promover a mobilização social em defesa de uma transição justa e sustentável.

Assegurar funcionamento do modelo de acolhimento de voluntários: genericamente, foram cumpridas as ações previstas, à exceção da realização de um evento exclusivo. No entanto, tem-se registado uma fraca interação entre Colaboradores (necessidades) e os voluntários, evidenciando-se o desafio de ter um programa de voluntariado atrativo. De seguida, partilhamos algumas métricas de relevância sobre esta área:

- Sessões de acolhimento: das 4 previstas, foram realizadas 5 – acima do definido;
- N.º de novos voluntários inscritos: dos 41 inscritos, apenas 13 foram às sessões e se efetivaram como voluntários;
- Oportunidades de voluntariado: 29 registadas/lançadas pelos Colaboradores da ZERO.

Por último, a monitorização do universo de convites endereçados por entidades parceiras à ZERO ficou adiada para 2025.

OE4 | Melhorar a capacidade de intervenção jurídica.

Objetivos Anuais
OA4.1 Garantir o apoio jurídico à ZERO e aumento das ações legais enquanto estratégia da Associação.
OA4.2 Reforçar a capacidade de conceção de propostas legislativas.

A área do apoio jurídico à atividade da Associação está bem identificada como uma necessidade premente. Durante 2024 procurou-se trabalhar em duas linhas:

- Reforçar o apoio de voluntários e acolher a realização de estágios com estudantes de Direito;
- Estabelecimento de um acordo com a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, para acolhimento de estágios curriculares no âmbito do Mestrado em Direito do Ambiente, Recursos Naturais e Energia.

B. Área Financeira e Angariação de Fundos

OE5 | Implementar um modelo de financiamento assente na diversificação das fontes de financiamento. E que permita uma alocação de recursos que privilegie o trabalho de influência das políticas públicas, por forma a alcançar em 2028 um conjunto de metas definidas.

Objetivos Anuais
OA5.1 Implementar o processo de angariação e gestão do financiamento não concursal via mecenato
OA5.2 Garantir a fidelização dos mecenas atuais
OA5.3 Efetuar campanha de consignação de IRS
OA5.4 Definir a campanha de comemoração dos 10 anos da ZERO
OA5.5 Implementar MB WAY Solidário
OA5.6 Reforçar financiamento proveniente de crowdfunding
OA5.7 Participar na iniciativa 'Giving Tuesday'
OA5.8 Integrar o catálogo de beneficiários da GRACE - Associação Empresas Responsáveis
OA5.9 Criar orçamento anual por áreas temáticas e áreas estruturais
OA5.10 Otimizar a gestão da informação contabilística
OA5.11 Implementar uma metodologia mais célere de conferência dos documentos contabilísticos

Relativamente ao financiamento via mecenato, o acompanhamento das parcerias atuais, com a respetiva monitorização, e a prospeção de novas foram assegurados e com sucesso ao longo do ano, consolidando uma área com potencial e sobre a qual deve ser dedicado mais tempo, uma vez que o rácio de concretização requer que se invista muito tempo na prospeção. Neste âmbito de gestão e controlo, algumas iniciativas – previstas nos OA – mais processuais não foram concretizadas, tendo sido ajustadas para implementação em 2025. De seguida, apresentamos as seguintes notas relativas ao cumprimento das metas dos OA desta área:

- Montante angariado: dos 150 mil euros como objetivo, foram alcançados cerca de 66 mil euros, através de donativos realizados por 18 entidades (14 via contactos reativos; 4 via contactos proativos), dos quais resultou a assinatura de 6 protocolos – outras parcerias encontram-se em negociação.
- Consignação de IRS: já elegível, a ZERO realizou a sua primeira campanha de consignação, dirigida aos Associados e público em geral. Os resultados da mesma foram bastante positivos pois foi possível angariar cerca de 35 mil euros.
- Implementação do MBWAY solidário: devido a constrangimentos técnicos, a sua conclusão ainda não foi possível, mas foi dada garantia – pela SIBS – de visibilidade na plataforma assim que a ZERO termine o seu processo.
- Outras iniciativas de ‘crowdfunding’: apesar de algumas das iniciativas previstas não terem sido desenvolvidas totalmente, conseguiu-se alcançar o objetivo monetário previsto para esta via – dos 7.500€ previstos, conseguiu-se 7.423€ (para o projeto “Plante Uma Árvore”, donativos que resultaram de forma proativa, por parte de particulares e algumas entidades coletivas, que nos abordaram diretamente com este objetivo, bem como através da “Giving Tuesday”).

- O objetivo de promover que o orçamento seja apresentado por área temática foi implementado pela primeira vez.
- Foi também cumprido o objetivo de criar uma ferramenta de gestão de projetos que visa facilitar a sua gestão financeira por parte dos diferentes colaboradores que têm projetos sob sua responsabilidade. A ferramenta começará a ser usada em 2025.
- Em termos de procedimentos, foi preparada uma nova metodologia de reporte das despesas mensais dos colaboradores, que passou a ser feito em formato online, de forma a facilitar o trabalho ao nível do secretariado e para permitir a prevenção de alguns erros no reporte.

C. Gestão de Pessoas & Feedback

OE6 | Assegurar o bem-estar dos colaboradores e o seu compromisso com a ZERO.

Objetivos Anuais
OA6.1 Organizar o Encontro Anual da ZERO
OA6.2 Adotar estratégias e volumes de trabalho compatíveis com o bem-estar e equilíbrio dos colaboradores (avaliar perceção através de inquéritos anuais).
OA6.3 Assegurar as competências técnicas necessárias para responder às necessidades nas áreas estratégicas da ZERO em défice (construção de um plano de formação que responda às necessidades).
OA6.4 Assegurar a partilha de conhecimento e experiência no seio da Associação, de forma a apoiar o desempenho habitual de funções multivariadas (realização de ações de formação sobre temas transversais - gestão financeira; comunicação em público; estratégias de advocacy)
OA6.5 Melhorar dinâmica de comunicação inter-equipas

Nesta área foi dada continuidade à realização do Encontro Anual da ZERO: na sua 4.ª edição, este evento reforça a sua relevância no convívio entre estruturas da ZERO, bem como na visão estratégica da associação. Desta feita, decorreu na Arrábida, tendo reunido 36 participantes.

Foram também desenvolvidos esforços para melhorar dinâmica de comunicação inter-equipas: um processo que se começou a construir em 2024 e que terá continuidade em 2025, promovido por reuniões mensais entre coordenadores de áreas temáticas, bem como com a organização de “mini-encontros” entre colaboradores das diferentes áreas temáticas.

Na área específica da promoção do bem-estar, a ZERO avançou com a realização de um inquérito sobre o tema, desenvolvido pela empresa que atualmente presta serviços de Higiene e Segurança no Trabalho. Os resultados serão agora analisados e definidas ações para 2025. Foi também feita uma primeira análise da Norma do Bem-estar e Felicidade Organizacional, no sentido de procurar perceber a sua possível aplicação na ZERO.

D. Organização Interna

OE7 | Assegurar a preservação do conhecimento no interior da organização.

Objetivos Anuais
OA7.1 Criar versão beta da Intranet ZERO
OA7.2 Definir normas e procedimentos internos
OA7.3 Implementar plano de eventos sustentáveis
OA7.4 Definir e implementar norma de boas práticas de cibersegurança

Quanto ao desenvolvimento da versão beta da Intranet ZERO, uma parte do processo foi desenvolvido em 2024, mas a restante será implementada em 2025.

Em termos de definição de procedimentos para uma melhor organização interna, procedeu-se à sistematização dos passos associados à contratação de um novo colaborador, tendo ainda sido elaborado o manual de acolhimento dos colaboradores.

Em relação ao objetivo dos eventos sustentáveis, após ter sido criado e aprovado o manual interno para realização de eventos integrando estas preocupações, tal tem vindo a acontecer de forma regular.

De sublinhar que durante 2024 não foi possível avançar de forma substancial na implementação de boas práticas na área da cibersegurança, ainda que tenha havido trabalho no sentido de definir um mapa de acessos, de forma a garantir que cada colaborador ou dirigente acede apenas às áreas que lhe são necessárias.

E. Comunicação Externa

OE8 | Até 2028, aumentar a notoriedade e reconhecimento do trabalho desenvolvido pela ZERO no seu setor, através do aumento de visitas ao portal e ao blog 1,5°C em 40%, do incremento do alcance das redes sociais em 75% (em média) e de seguidores em 45% (em média) e do aumento da mancha mediática em 10%.

Objetivos Anuais
OA8.1 Promover momentos de partilha de conhecimento e networking com jornalistas
OA8.2 Aumentar cobertura mediática local
OA8.3 Melhorar desempenho das redes sociais
OA8.4 Dinamizar a criação de conteúdos para o Blog 1,5°C
OA8.5 Implementar melhorias de SEO no site da ZERO

Relativamente à relação com os meios de comunicação social e impacto da nossa atividade mediática, alguns dos OA não foram implementados. Apesar disso, destaca-se de forma positiva a relação com meios mais especializados (como o Jornal de Negócios), a colocação com sucesso dos comunicados de imprensa junto da agência de notícias de Portugal (LUSA) e a solicitação de comentários por parte da ZERO para diversos

temas, sem ter os comunicados de imprensa como ponto de origem. De seguida, apresentamos as seguintes notas relativas ao cumprimento das metas dos OA desta área:

- N.º de momentos de networking com jornalistas: não foi possível avançar com as iniciativas previstas para o cumprimento deste objetivo.
- Aumentar cobertura mediática local: face aos 5% previstos (versus 2023), conseguiu-se um aumento de 22% (considerando as métricas disponíveis na plataforma da Cision, pressuposto válido para ambos os anos em análise).
- Aumento da mancha noticiosa em 10%: neste ano, de acordo com a plataforma Cision, registou-se um decréscimo de 29% de notícias face a 2023. A quantidade de comunicados de imprensa emitidos/coordenados pela ZERO também diminuiu (14%), algo que poderá ter contribuído numa relação direta.

Relativamente ao desempenho nas redes sociais, apesar das ações específicas que foram definidas para 2024 não terem sido cumpridas por falta de capacidade interna, foi dada continuidade ao trabalho desenvolvido com a agência de redes sociais que concede suporte a parte do calendário de trabalho previsto. A mudança de agência - que ocorreu por duas vezes, uma voluntária e outra involuntariamente - teve algum impacto na concretização de ações previstas, mas foi salvaguardado o restante trabalho, permitindo incrementar as metas anuais que dizem respeito a esta área.

- % de aumento seguidores: alcançado 7%, face aos 10% previstos (resultados com base no total de todas as redes). Destacamos dois aspetos relevantes, por tipo de rede social: (1) redução de seguidores no Twitter/X, fruto da polémica em torno desta rede; (2) no LinkedIn e no Instagram, o crescimento foi de 17%; no Facebook, face ao decréscimo de ritmo da rede, foi de apenas 2%.
- % de aumento de alcance: face aos 25% previstos, o que foi conseguido – e face ao que se consegue medir (na rede Twitter/X já não é possível aceder a analytics na forma gratuita; no LinkedIn, não se tem acesso aos dados com mais de um ano) – o valor foi de 54%, em Instagram e Facebook.
- % crescimento de visitas ao blog: relativamente aos acessos ao blog, especificamente, não se consegue obter métricas específicas, apenas genéricas. Neste sentido, sobre os dados de acesso ao site registou-se um decréscimo tanto a nível de visualizações (-14%) como de utilizadores (-28%). Em parte, poderá dever-se ao facto de parte dos conteúdos das redes sociais não fazer link, mas também por menos campanhas direcionadas à conversão direta no site principal.

Em termos do desempenho nas redes sociais vale ainda a pena referir que a nova agência de redes sociais, que iniciou relação em novembro, passou a integrar também a gestão parcial do LinkedIn, aspeto positivo e que terá contribuído para o crescimento de envolvimento nesta rede. Para 2025, está prevista a definição da estratégia específica para esta rede. No que concerne ao Youtube, ficou pendente a definição de uma estratégia para este canal. Ainda em relação à rede Tik Tok, foi criado o registo para a ZERO, mas a decisão sobre a entrada neste canal foi adiada para 2025.

Relativamente ao desempenho noutros canais de ativação da comunicação da ZERO, destacamos:

- Podcast: embora não se tenha conseguido manter a frequência quinzenal por falta de capacidade interna, manteve-se a regularidade, tendo sido gravados 12 dos 19 episódios previstos.
- Plano mensal temático de conteúdos para redes sociais e blog: cumpriu-se os 12 temas mensais previstos, destacando a relevância desta estratégia para servir de ‘montra’ do trabalho da ZERO e a simplificação dos conteúdos das áreas em que trabalhamos, um dos objetivos estratégicos da comunicação. A equipa de produção voluntária de conteúdos para o Blog 1,5º, assente sobretudo em duas voluntárias, tem sido fundamental para o contínuo de crescimento de artigos, permitindo

alimentar cada uma das rubricas definidas. Para tal, também tem sido fundamental o apoio dos Colaboradores neste sentido.

- Newsletter: enviámos menos 7 newsletters face a 2023, algo sobre o qual temos margem de melhoria para 2025.

Para finalizar, destacamos ainda que em termos dos eventos, foi criado um guia simples de boas práticas para a organização de eventos sustentáveis (para aplicação em eventos organizados pela ZERO), tendo sido contemplada a respetiva formação junto dos colegas.

IV. OBJETIVOS ANUAIS 2024 E ANÁLISE DA SUA IMPLEMENTAÇÃO – OBJETIVOS TEMÁTICOS

Neste capítulo são apresentados os objetivos anuais que a ZERO se propôs alcançar até ao final de 2024 e que lhe permitem trilhar o caminho para alcançar os Objetivos Estratégicos para 2028. Por isso, na sua maioria, estão enquadrados nos objetivos estratégicos agora definidos, mas não exclusivamente, visto que há objetivos anteriormente delineados quer no âmbito de projetos a decorrer, quer enquadrados em diferentes áreas de trabalho da ZERO, aos quais será dada continuidade.

F. Impacto | Áreas Temáticas

1. Sociedades Sustentáveis e novas formas de Economia

Cinco objetivos definidos

2. Clima Energia e Mobilidade

Seis objetivos definidos

3. Solo e Gestão do Território

Dois objetivos definidos

4. Água e Oceanos

Cinco objetivos definidos

5. Biodiversidade, Agricultura e Florestas

Nove objetivos definidos

1. SOCIEDADES SUSTENTÁVEIS E NOVAS FORMAS DE ECONOMIA

A implementação dos objetivos definidos para esta área temática foi, no geral, atingida. Ainda assim, tal como se verifica noutras áreas temáticas e mesmo nos objetivos transversais, há sempre imponderáveis que afetam a sua implementação. Nesta área podemos certamente falar de alterações no calendário político Europeu que levaram a que legislação relevante (e que nos propúnhamos acompanhar) fosse adiada (como é o caso da revisão do Regulamento REACH), o mesmo acontecendo com o calendário nacional, que acabou por ter implicações, por exemplo, na área da política de resíduos.

A mudança de atores políticos também acabou por levar a algum arrastamento de ações para períodos mais tardios, mas foi a ausência de financiamento associada à indisponibilidade dos recursos humanos para integrar um número tão alargado de tarefas, que levou a alguns adiamentos. Um dos mais importantes é, sem dúvida, o trabalho na área das compras públicas que, embora transversal às várias áreas temáticas, tem o seu foco nesta área temática.

Ainda assim, de uma forma geral, é possível fazer uma apreciação positiva do que foi possível atingir, havendo o compromisso de transpor para 2025 alguns dos objetivos e ações insuficientemente trabalhados em 2024.

OE9 | Promover um modelo económico e cultural onde o princípio da suficiência é o elemento base, de forma a garantir que as gerações futuras poderão satisfazer as suas necessidades, em respeito pelos limites planetários. Para tal, será fundamental a aprovação da Lei das Gerações Futuras, por uma larga maioria do Parlamento Português até 2028.

Áreas de Trabalho	Objetivos Anuais
Economia do Bem-estar	OA9.1 Coligação de diferentes stakeholders formada
	OA9.2 Organização de um debate com a presença da Sophie Howe em setembro
	OA9.3 Preparar uma proposta draft da lei sobre as gerações futuras
Suficiência	OA9.4 Conceber um projeto/candidatura sobre educação para a suficiência

No que concerne aos AO propostos para este objetivo podemos dizer que no âmbito do tema da Economia do Bem-estar, foram praticamente atingidos. O único que ficou ainda um pouco aquém do proposto foi o primeiro, uma vez que foi tomada a decisão de desenvolver uma proposta draft sobre as gerações futuras no seio de um grupo mais restrito e só abrir a um debate mais alargado quando já houvesse um documento de trabalho. Este trabalho foi realizado em parceria com a Oikos – Cooperação e Desenvolvimento e com a Associação Último Recurso.

Em dezembro foi organizado uma conferência na Assembleia da República sobre o tema “Pensar nas Gerações Futuras: Agir no Presente – Explorar Futuros Possíveis para além do Crescimento”, onde estiveram presentes a primeira Comissária para as Gerações Futuras – Sophie Howe -, Filipe Martins em representação da Future Generations Initiative, tendo ainda havido espaço para uma mesa-redonda com a presença de representantes de diferentes grupos parlamentares. Foi também nesta conferência que foi apresentada a primeira versão da Proposta de Lei sobre as Gerações Futuras.

Quanto ao tema da suficiência, em 2024 não houve oportunidade de fazer avançar um projeto sobre o tema, mas esperamos que tal seja possível em 2025. De qualquer modo, foi feito um acompanhamento do debate europeu sobre o tema, nomeadamente o trabalho liderado pela Climate Action Network sobre o tema.

OE10 | Colocar a economia portuguesa alinhada com o cumprimento das metas europeias na área da circularidade, nomeadamente as relativas à prevenção de resíduos; reciclagem de resíduos; reciclagem de embalagens; resíduos de equipamento elétrico e eletrónico; veículos em fim de vida, pilhas.

Áreas de Trabalho	Objetivos Anuais
Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos (REEE) (1Jan – 31Ago 2024)	OA10.1. Campanha de sensibilização de entidades públicas para a criação de incentivo financeiro para a recolha de frigoríficos velhos aquando da entrega de um novo
	OA10.2. Sensibilização das entidades públicas para a realização de ações de fiscalização da gestão de REEE pelas entidades competentes (às operações de entrega de frigoríficos novos e recolha de velhos com recurso a GPS e aplicação das respetivas coimas)
Desenvolvimento de ações do projeto Resiauto relativas a 2024	OA10.3. Campanha de sensibilização para a recolha de óleos lubrificantes usados recorrendo a Mupis
	OA10.4. Campanha de sensibilização do Governo para a publicação da legislação ProSolos
Relatório sobre reciclagem de embalagens de plásticos mistos triadas em unidades de Tratamento Mecânico e Biológico	OA10.5. Conclusão do relatório sobre triagem de embalagens de plásticos mistos nas unidades de TMB e envio para reciclagem
Campanha contra a venda ilegal online de peças automóveis usadas	OA10.6 Sensibilizar a ASAE para a fiscalização da venda ilegal online de peças automóveis usadas
Realização de estudos sobre a gestão dos óleos alimentares usados (OAU) de origem doméstica em municípios com mais de 100 mil habitantes	OA10.7 Fazer levantamento da realidade da gestão de OAU em municípios com mais de 100 mil habitantes e propor possíveis melhorias
Campanha para a criação de um sistema de recolha e tratamento dos resíduos hospitalares perigosos de origem doméstica	OA10.8 Promover a publicação da legislação Unilex, com a criação de um sistema de Responsabilidade Alargada do Produtor (RAP) para a gestão dos resíduos hospitalares perigosos de origem doméstica
Campanha para o aumento do valor da Taxa de Gestão de Resíduos (TGR) paga pelo incumprimento das metas das licenças das Entidades Gestoras de Fluxos Específicos de Resíduos (EG)	OA10.9 Promover a concretização do aumento da TGR
Regime jurídico dos CIRVER e resíduos industriais perigosos (RIP)	OA10.10 Promover a publicação de legislação pretendida sobre resíduos industriais perigosos
Recauchutagem de pneus no Estado (1mar. 2024 – 1mar. 2028)	OA10.11 Campanha para que viaturas pesadas e todo-o-terreno, pertencentes aos diferentes organismos do Estado (ex.: Exército, GNR, etc.) e da Administração Local, passem a utilizar pneus recauchutados - integração de critérios nos concursos públicos.

Desvio de pneus usados da incineração para a reciclagem (17julho. 2023 – 1nov. 2024)

OA10.12 Fazer um teste de desvulcanização de pneus de forma a avaliar a possibilidade de redução da valorização energética de pneus usados em Portugal

Na área dos resíduos não urbanos é possível afirmar que a maioria dos objetivos anuais foram cumpridos, sendo que alguns, ainda que tenham sido trabalhados em 2024, a sua conclusão ou concretização só acontecerá em 2025. É o caso dos objetivos na área da recauchutagem de pneus e do desvio da incineração, visto que, neste último caso, os testes ainda estão a ser realizados.

O estudo realizado sobre a situação da gestão de óleos alimentares usados permitiu fazer um ponto de situação sobre o tema e propor ações de melhoria, sendo um tema que teve boa reatividade em termos de media.

No caso da publicação da legislação ProSolos, pelo qual a ZERO se bate há 9 anos, a informação mais recente é que o atual Governo pretende aguardar pela aprovação da Diretiva Europeia sobre Solos. Esta é uma postura com a qual a ZERO não concorda, já tendo dado conta disso mesmo junto das autoridades competentes. De qualquer modo, é um tema que continuaremos a seguir.

No caso dos REEE, este ano foram conseguidas algumas vitórias, nomeadamente o aumento do valor da Taxa de Gestão de Resíduos (TGR) paga pelo incumprimento das metas das licenças das Entidades Gestoras de Fluxos Específicos de Resíduos (EG). Em termos de fiscalização, foram feitos alguns avanços, com uma pressão clara por parte da ZERO, para que as autoridades sejam muito mais rigorosas em relação a este tema. Através de uma parceria com uma das entidades gestoras foi preparada uma iniciativa de monitorização das redes de recolha de frigoríficos e equipamentos de frio, que deverá avançar em 2025 e que envolve vários parceiros.

Foi também conseguida a criação de um sistema de Responsabilidade Alargada do Produtor (RAP) para a gestão dos resíduos hospitalares perigosos de origem doméstica.

Resíduos Urbanos

Áreas de Trabalho	Objetivos Anuais
Monitorizar o cumprimento das metas de preparação para reutilização e reciclagem (PRR)	OA10.13 Monitorizar qualidade dos dados de RU
	OA10.14 Monitorizar o cumprimento das metas de preparação para reutilização e reciclagem (PRR)
	OA10.15 Monitorizar a implementação do dashboard
Adequação das verbas disponíveis ao cumprimento das metas	OA10.16 Promover a construção de um modelo financeiro para a alocação de fundos baseada em função da obtenção de resultados (outcome based)
	OA10.17 Promover a prevenção do desequilíbrio financeiro das entidades gestoras (municípios e SGRUs)
Biorresíduos (Fork-to-farm, desperdício alimentar)	OA10.18. Avaliar o desempenho da gestão em baixa dos biorresíduos (recolha seletiva e tratamento na origem)
	OA10.19. Promover as soluções de compostagem doméstica e comunitária para o tratamento na origem dos biorresíduos
	OA10.20. Promover um projeto piloto de utilização de sacos compostáveis na recolha de biorresíduos

	OA10.21 Promover o diálogo entre stakeholders para viabilizar a gestão de biorresíduos não domésticos
Têxteis	OA10.22 Promover a aplicação da RAP para os resíduos têxteis e calçado
	OA10.23 Promover projetos piloto de recolha seletiva para reutilização de têxteis e calçado
	OA10.24 Monitorizar a implementação da recolha seletiva de têxteis e calçado
Volumosos	OA10.25 Promover a aplicação da RAP para os resíduos volumosos // Advocacy caso o Unilex não seja promulgado
Sistemas de alta eficiência	OA10.26 Promover a recolha porta-a-porta dos RU, com sistemas de identificação do utilizador, tarifários PAYT
	OA10.27 Avaliar a eficácia dos PAPERSU no âmbito das metas obrigatórias
	OA10.28 Promover a alteração dos regulamentos municipais
	OA10.29 Promover soluções de alta eficiência para sistemas insulares
Zero Waste Cities & Businesses	OA10.30 Promoção da certificação ZW Cities
	OA10.31 Promoção da certificação ZW para eventos
	OA10.32 Promover a aplicação de critérios ambientais nos sítios UNESCO (urbanos e reservas da biosfera)
Redução da produção de resíduos em 10% até 2028 (tendo por referência o ano de 2015)	OA10.33 Advocacy em torno da definição de metas a nível europeu
	OA10.34 Avaliar a situação de base em termos de reutilização em Portugal
	OA10.35 Promover a reutilização
	OA10.36 Promover a compra a granel
	OA10.37 Promover a reutilização no âmbito da menstruação sustentável
	OA10.38 Promover uma parceria para a reutilização de embalagens no setor do vinho
	OA10.39 Acompanhar desempenho dos primeiros repair-cafés em Portugal
	OA10.40 Acompanhar início da implementação do projeto LIFE TA-R Food Connect
Trabalho sobre o amianto	OA10.41 Promover a revisão das normas
	OA10.42 Avaliação da situação da presença de amianto em Alverca
	OA10.43 Assegurar a resposta a dúvidas colocadas à ZERO sobre amianto
	OA10.44 Estabelecer um projeto piloto com uma CM para dar apoio às pequenas remoções de amianto de particulares
	OA10.45 Definição de estratégia para eliminar RCDA nas praias de Cruz Quebrada e Dafundo
Política Pública - SIGERU	OA 10.46 Avaliação do desempenho do sistema de retoma de embalagens de pesticidas - SIGERU

Política Pública - Relatório água e resíduos	OA 10.47 Analisar o Relatório Anual do Setor das Águas e Resíduos emitido pela Entidade Reguladora (ERSAR)
Devolver à Terra	OA10.48. Promover a compostagem em meio escolar através do aumento da consciência ecológica dos alunos, professores, famílias e comunidade sobre a importância de separar e valorizar os biorresíduos

Na área dos resíduos urbanos parece claro que a aposta feita nos últimos anos junto dos municípios para que adiram à Certificação de Município Zero Resíduos está finalmente a dar frutos e observa-se um cada vez maior interesse por parte dos Municípios em iniciar o processo nesse sentido. Espera-se que em 2025 sejam vários os municípios a aderir. Entretanto foi realizado mais um study tour, múltiplas reuniões, webinaries e uma conferência em São João da Madeira.

Ao nível das políticas públicas, a avaliação dos PAPERSU não pôde avançar pois houve atrasos na sua aprovação, pelo que só em 2025 será possível analisar, com maior pormenor, até que ponto estão em linha com o cumprimento das metas que Portugal tem de cumprir nesta matéria. Também havia o objetivo de dar continuidade ao trabalho sobre a promoção do pagamento por resultados quando estão em causa fundos públicos, mas com as mudanças de governo foram apresentadas propostas, mas ainda sem resultados claros. O PAYT, ainda que seja um tema muito relevante quando falamos de sistemas de alta-eficiência, não foi ainda prioritário em 2024, visto haver outros assuntos mais prementes a resolver. Contudo, é expectável que em 2025 este tema venha a ser muito mais trabalhado.

Os biorresíduos foram um dos principais temas a merecer atenção, com a procura de promover iniciativas de compostagem comunitária e doméstica, incluindo a apresentação de uma proposta legislativa de uma Portaria sobre o tema à Agência Portuguesa do Ambiente. Foram ainda realizadas formações para capacitar os responsáveis dos municípios para desenvolverem projetos de compostagem comunitária ou doméstica e foi feito o acompanhamento do tema dos grandes produtores de biorresíduos, na procura de encontrar soluções que permitam a maximização do aproveitamento dos biorresíduos.

Na área dos têxteis, dado que a Diretiva resíduos está em revisão e prevê a aplicação da responsabilidade alargada do produtor, Portugal retirou da legislação essa ambição, tendo ficado apenas a obrigação de recolha seletiva de têxteis, por parte dos municípios, a partir de 1 de janeiro de 2025. Quanto ao avanço do projeto piloto a nível local, em 2024 não foi possível alocar recursos a esta área, pelo que o objetivo manter-se-á para 2025.

Na área da prevenção de resíduos 2024 foi importante pelo debate em torno do Regulamento Europeu de Embalagens e Resíduos de Embalagens, que prevê metas de redução de 5% em 2030, tendo por referência os dados de 2018. Ainda que não seja o desejado (inicialmente o Regulamento continha muito mais medidas de promoção da redução e reutilização, mas que foram eliminadas devido ao forte lóbi do descartável, em particular o do papel) as medidas propostas no Regulamento podem ser um bom estímulo à ação, uma vez que é a primeira vez que a União Europeia define metas na área da prevenção.

O projeto Mensy permitiu também trabalhar o tema dos produtos menstruais reutilizáveis, desde logo através de uma avaliação das práticas e perceções em diferentes países, entre eles Portugal, além de ir permitir, em 2025, a formação de jovens líderes sobre estes temas.

Foi apresentada ao Parlamento Português uma proposta conjunta com outras organizações para a regulamentação da venda a granel.

A área onde não foi mesmo possível avançar foi na da reutilização de embalagens no setor do vinho, visto que o Regulamento Europeu excluiu este setor das metas de reutilização o que dificulta muito qualquer intervenção desta natureza.

Sobre o tema do amianto é importante sublinhar que foi publicada a norma sobre a Inventariação do Amianto (a primeira no setor, em Portugal) e foram asseguradas as respostas a dúvidas sobre o amianto e foram feitas sessões de esclarecimento sobre este tema (Associação juntos por oeiras/Câmara Municipal de Lisboa),

Os objetivos anuais OA10.46 e OA10.48 foram integradas no grupo dos Territórios que congrega as áreas temáticas do solo e gestão do território, água e oceanos e biodiversidade, agricultura e florestas.

OE11 | Promoção de políticas ativas de compras públicas sustentáveis em Portugal, desenvolvendo um trabalho a longo prazo tendo em vista a integração de critérios de sustentabilidade nesta atividade.

Área de trabalho	Objetivo Anual
Compras públicas sustentáveis	OA11.1. Desenvolver um plano de ação que identifique estado da área, necessidade de recursos, os <i>stakeholders</i> externos e internos de interesse na temática de compras publicas

Durante 2024 não foi possível avançar com o trabalho sobre este tema, mas dada a sua relevância procurar-se-á dar-lhe continuidade em 2025.

OE12 | Contribuir para a redução da presença de substâncias químicas perigosas para o ambiente e para a saúde humana, através do reforço da legislação europeia e da capacitação dos cidadãos para que possam evitar a sua presença no quotidiano.

Áreas de trabalho	Objetivos Anuais
Life ChemBee	OA12.1. Formar até 70 Eco-embaixadores em duas ações de formação sobre químicos no quotidiano
	OA12.2. Implementar uma campanha de comunicação sobre químicos no quotidiano
Promoção da Scan4Chem	OA12.3. Promover a divulgação da aplicação Scan4Chem do projeto LIFE AskREACH
Projeto com EEB	OA12.4. Definir e implementar uma estratégia de acompanhamento das políticas públicas na área dos químicos

Nesta área das substâncias químicas todos os objetivos anuais foram cumpridos. O projeto LIFE ChemBee tem permitido manter uma campanha regular nas redes sociais e o reforço dos conteúdos na página da ZERO sobre o tema - <https://quimicos.zero.org/>, bem como a realização de três formações anuais, que envolveram mais de 100 formandos sobre como evitar a presença de substâncias perigosas no quotidiano. A ideia é que estes depois se tornem eco-embaixadores e sensibilizem as pessoas que conhecem sobre o tema.

No tema das políticas públicas, foi possível ir seguindo alguns dossiers europeus – como os PFAS ou a legislação sobre brinquedos – mas o adiamento da revisão do Regulamento REACH conduziu a uma menor ação nesta matéria.

OE13 | Acompanhar as negociações de acordos comerciais (legislação europeias) com o intuito de assegurar que os princípios da sustentabilidade são garantidos.

Não estavam previstas ações em 2024.

2. CLIMA, ENERGIA E MOBILIDADE

O ano de 2024 foi marcado por desafios significativos, incluindo uma mudança de governo em Portugal e no Parlamento e Comissão Europeia, que impactou o diálogo com decisores políticos e atrasou a implementação de algumas iniciativas. Esta conjuntura resultou em morosidade dos processos de decisão e em compassos de tempo que dificultaram o progresso de vários projetos. A experiência adquirida será essencial para melhorar a eficácia das ações futuras e adaptar os objetivos operacionais às circunstâncias.

Apesar de desafios relacionados com a gestão dos intervenientes e com a execução de algumas atividades previstas, o grupo conseguiu consolidar a sua posição como um ator relevante em Portugal na área do clima, energia e mobilidade. Os projetos desenvolvidos ao longo do ano contribuíram para a revisão de políticas estratégicas, como o Plano Nacional de Energia e Clima (PNEC 2030), e para a promoção de soluções inovadoras e sustentáveis em setores-chave.

O ano também trouxe lições importantes no que diz respeito ao planeamento e à execução técnica e orçamental – novamente, a experiência adquirida em 2024 será essencial para melhorar a eficácia futura destes processos.

Clima

OE14 | Ter Portugal alinhado com o 1,5°C do Acordo de Paris, i.e., numa trajetória de -60% de emissões em 2030, -55% de emissões em 2028, em relação ao ano de 2005.

Áreas de trabalho	Objetivos Anuais
Shipping Campaign (1Jan - 31Dez 2024)	OA14.1 Promover o debate e aumentar o conhecimento geral sobre as emissões do setor do transporte marítimo e sobre as propostas de descarbonização defendidas pela ZERO.
	OA14.2 Influenciar a tomada de decisão ao nível nacional e regional para colocar o setor do transporte marítimo numa rota de descarbonização, alertando contra falsas soluções como o GNL e biocombustíveis.
	OA14.3 Promover a implementação dos objetivos previstos no DL 84/2022 no que diz respeito à quota mínima de energia renovável no transporte marítimo (e aviação) que, a partir de 2027, deverá ser de 6%. e de 9% a partir de 2029.
AtIECA Campaign (1Jan - 31Dez 2024)	OA14.4 Influenciar todos os países do Atlântico Nordeste (Portugal, Espanha, França, Reino Unido, Irlanda, Ilhas Faroé, Islândia e Gronelândia) a submeterem uma proposta de Área de Emissões Controladas (ECA) de enxofre e óxido de azoto no Atlântico Nordeste na 83.ª sessão do Comité de Proteção do Ambiente Marinho, garantindo que Portugal assume papel de liderança no processo.
MedOcean (1set2023 - 31ago2024)	OA14.5 Promover o debate e aumentar o conhecimento geral sobre os impactes associados à implantação massiva de eólicas offshore e a necessidade de equilibrar a transição energética com a proteção da biodiversidade.

	OA14.6 Influenciar a tomada de decisão ao nível nacional e regional para colocar o setor do transporte marítimo numa rota de descarbonização, alertando contra falsas soluções como o GNL e biocombustíveis.
EC DEAR ATIVA	OA14.7 consciencializar as pessoas dos impactos das eleições europeias e dos seus resultados no tocante ao clima e políticas conexas
Travel Smart	OA14.8 Promover a implementação de targets de redução de emissões de voos em 50% até 2025 (face a 2019), junto de entidades nacionais
	OA14.9 Promover a campanha Travel Smart junto da administração pública, incitando à implementação de targets de redução de emissões de voos
	OA14.10 Envolvimento nas várias iniciativas da Campanha ao longo do ano, e iniciativas da T&E relacionadas
Promover e Acelerar a Redução Gradual de HFC na Europa até 2050 (1 Feb 2024 a 31 Jan 2025)	OA14.11 Promover a adoção atempada do novo regulamento europeu dos gases fluorados em Portugal, pressionando para a estratégia nacional priorizar a substituição dos HFCs por alternativas naturais e não novas gerações de sintéticos
	OA14.12 Monitorizar o comércio ilegal
	OA14.13 Sensibilização do público geral
	OA14.14 Contribuir para a Coligação
Pathways Explorer: ferramenta interativa web-based de cenarização das emissões de GEE para Portugal até 2050	OA14.15 Implementar ferramenta de modelação das emissões
	OA14.16 Elaborar recomendações e comunicar os principais insights
ECF - hidrogénio e biometano	OA14.17 Promover uma produção de Hidrogénio Sustentável em Portugal junto dos stakeholders da cadeia de valor
European Climate Pact	OA14.18 Envolver sociedade Civil no combate às alterações climáticas.
	OA14.19 Representação transversal da sociedade (chegar a várias comunidades)
	OA14.20 Representatividade geográfica
Responsible Net Zero Aviation (1Jan – 31Ago 2024)	OA14.21 Promover a adoção atempada dos mandatos do RefuelEU Aviation em Portugal (até à data limite deste projeto Agosto 2024)
	OA14.22 Promover o estabelecimento da cadeia de valor de produção de e-querosene em Portugal (até à data-limite deste projeto Agosto 2024)
	OA14.23 Promover a importância da contabilização e regulamentação dos efeitos não-CO2 da aviação para a descarbonização e para uma melhor qualidade do ar nas áreas de impacto dos aeroportos (até à data-limite deste projeto Agosto 2024)

	OA14.24 Colocar a descarbonização da aviação na agenda em Portugal
	OA14.25 Tarefas de aprendizagem e gestão do projeto
ECF Clima (1Set 2023 – 31Ago 2024)	OA14.26 Aumentar o debate e a consciencialização pública da urgência da aplicação da Lei de Bases do Clima
	OA14.27 Reforçar o diálogo com as ONG, entidades relevantes e os responsáveis políticos em Portugal para a rápida implementação de medidas no âmbito da Lei do Clima portuguesa
	OA14.28 Promover junto das entidades relevantes a necessidade de Portugal ter urgentemente uma Estratégia Industrial Verde para assegurar uma transição energética robusta e célere
	OA14.29 Promover a aprovação do PNEC alinhado com 1,5°C

O **OE14** é um dos objetivos mais ambiciosos e abrangentes da ZERO, exigindo esforços coordenados em múltiplos setores para garantir que Portugal esteja alinhado com o limite de 1,5°C do Acordo de Paris. Em 2024, vários projetos contribuíram para este objetivo, abordando áreas como a descarbonização dos edifícios, a eficiência energética, a transição para energias renováveis e a promoção de políticas climáticas robustas. É ainda relevante sublinhar que a ZERO é parte integrante da MATTCCh (*Mediterranean Alliance of Think Tanks on Climate Change*).

Contributos dos Projetos

1. ECF-Clima

O projeto ECF Clima teve como principal objetivo reforçar a governança climática em Portugal, promovendo políticas públicas alinhadas com o Acordo de Paris e aumentando a ambição climática nacional. Em 2024, o projeto enfrentou desafios significativos devido à queda do governo, que limitou o diálogo com decisores políticos e atrasou a aprovação de documentos estratégicos, como o Plano Nacional de Energia e Clima (PNEC) ou a Estratégia Industrial Verde. No entanto, o projeto conseguiu redirecionar esforços para estabelecer diálogos com entidades financeiras e socioeconómicas, além de explorar novas frentes de atuação, como a promoção de uma Lei do Clima no contexto da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Apesar das dificuldades, o projeto contribuiu para manter a agenda climática como uma prioridade nacional e internacional, reforçando a posição da ZERO como uma entidade de referência no diálogo climático.

Quanto aos principais resultados, podemos sublinhar: o estabelecimento de contactos com o Banco de Portugal, CMVM, CIP, CES e outras entidades relevantes para a implementação de dispositivos da Lei de Bases do Clima; a promoção da Lei do Clima na CPLP através do início de um diálogo estratégico com estes países para explorar a adoção de uma Lei do Clima no contexto da comunidade lusófona; inclusão de sugestões da ZERO no PNEC, reforçando a ambição climática.

2. European Climate Pact (ECP)

O projeto **European Climate Pact** superou as metas estabelecidas e promoveu uma mobilização significativa da sociedade civil. A comunidade de embaixadores do Pacto, que anteriormente era pouco ativa, tornou-se vibrante e participativa, com um total de 60 embaixadores ativos em Portugal. Estes embaixadores

desempenharam um papel crucial na disseminação de iniciativas climáticas e na organização de eventos, como o **Festival do Clima**, que contou com mais de 500 participantes.

O projeto também trouxe maior visibilidade à ZERO, com eventos e comunicados de imprensa que destacaram a importância da ação climática. Além disso, a comunidade de embaixadores passou a responder a convites e solicitações que a ZERO, por limitações de recursos, não consegue atender diretamente, ampliando o alcance e a influência da organização.

Os principais desafios enfrentados incluíram a burocracia inerente ao projeto e a necessidade de gerir interações constantes com os 60 embaixadores. No entanto, o apoio de uma voluntária tem sido essencial para superar essas dificuldades e garantir o sucesso do projeto.

Em termos dos principais resultados, registou-se um aumento do número de embaixadores de 30 para 60, a criação de uma comunidade altamente participativa e ativa e a realização de eventos de grande impacto, como o Festival do Clima.

O **European Climate Pact** contribuiu diretamente para o OE14 ao mobilizar a sociedade civil e promover a ação climática em Portugal. Através da capacitação dos embaixadores e da organização de eventos, o projeto ajudou a sensibilizar a população para a importância de uma transição justa e sustentável, alinhada com as metas do Acordo de Paris

3. ECF Edifícios

O projeto **ECF Edifícios** teve um papel determinante na influência sobre eficiência e pobreza energética, facilitando parcerias entre a sociedade civil e os setores ligados ao parque edificado. A campanha **Casa Quente para Toda a Gente** mobilizou cidadãos preocupados com a temática e estabeleceu colaborações estratégicas com organizações como o *Friends of the Earth Europe*. Como principais resultados podemos sublinhar o reforço da discussão sobre pobreza energética e habitações dignas e a mobilização de cidadãos e decisores políticos para a implementação de soluções concretas.

4. Life Effect

O projeto **Life Effect** deu início às suas atividades, realizando uma **ETS Talk** como parte do trabalho de capacitação do consórcio. O principal objetivo do projeto é garantir que o sistema de comércio de emissões na União Europeia seja eficaz e justo, assegurando que o comércio de emissões beneficia tanto o clima como a sociedade. Este projeto contribui para capacitar sobre comércio de emissões e reforçar o debate sobre o preço do carbono.

5. EC DEAR – Ativa

O projeto **Ativa**, concluído em julho de 2024, superou amplamente as metas estabelecidas, alcançando mais de 10.000 jovens em Portugal, incluindo regiões do interior e ilhas como os Açores. A nível europeu, envolveu mais de 70 milhões de pessoas em ações de sensibilização climática. Este projeto foi essencial para expandir a presença da ZERO junto dos jovens e promover o ativismo climático.

6. ECF-H2 (Hidrogénio e Biometano)

O projeto **ECF-H2** permitiu à ZERO consolidar a sua visão e influência sobre o hidrogénio verde, biometano e estratégia industrial. Foram organizados dois workshops, reuniões com intervenientes nacionais e emitidos comunicados de imprensa. A colaboração com Espanha resultou num manifesto ibérico, publicado em quatro línguas e subscrito por mais de 30 entidades, com impacto mediático internacional. Foi ainda assegurada a monitorização de projetos de captura de carbono e normalização técnica no setor do cimento e betão.

7. Shipping Campaign e AtIECA Campaign

A **Shipping Campaign** focou-se na descarbonização do transporte marítimo, enquanto a **AtIECA Campaign** trabalhou na criação de uma Área de Emissões Controladas no Atlântico Nordeste, tendo sido concretizada a submissão da proposta AtIECA à Organização Internacional Marítima (IMO). Registou-se ainda a participação em eventos como a World Ocean Summit e Portugal Shipping Week.

8. LIFE Together For 1.5

O projeto focou-se na melhoria do PNEC 2030, promovendo maior ambição climática. Apesar de desafios no diálogo com entidades governamentais, o projeto influenciou positivamente a versão final do plano. É possível afirmar que houve Integração de sugestões da ZERO no PNEC 2030, sendo ainda de referir o reforço da rede de ONGs do consórcio.

9. F-GASES

O projeto monitoriza a implementação do Regulamento F-Gases, promovendo a transição para refrigerantes naturais e a redução de emissões de HFC, tendo-se registado a participação em eventos e consultas públicas e a colaboração com parceiros para monitorizar práticas ilegais.

10. MedOcean

A ZERO participou na coligação internacional MedOcean, promovendo o desenvolvimento sustentável de energias renováveis offshore ao procurar garantir que a transição energética offshore incluía preocupações ambientais e sociais. A exclusão de áreas ambientalmente sensíveis do plano de afetação de energias renováveis foi uma conquista, tendo ainda sido organizados seminários e divulgação pública.

11. Pathways Explorer

O projeto explorou cenários de emissões de GEE até 2050, com diferentes níveis de ambição para setores como energia, transportes e edifícios. Permitiu fornecer ferramentas para planeamento estratégico de longo prazo. Em 2024 foi possível validar os dados históricos para suporte ao modelo e a definição de cenários preliminares para setores-chave.

Energia

OE15 | Ter 90% de energia renovável no setor da eletricidade em 2028.

Áreas de trabalho	Objetivos Anuais
Together for 1.5	OA15.1 Promover a ambição das metas no âmbito da revisão do PNEC

Em 2024, o projeto **TNC** foi o principal contributo para o objetivo estratégico OE15. Este projeto focou-se em várias frentes, incluindo a recolha de dados sobre biodiversidade e energia, o mapeamento de stakeholders e a análise de Estudos de Impacto Ambiental (EIA) de projetos de energias renováveis. A ZERO tem desempenhado um papel ativo na promoção da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), pressionando o governo para avançar com o processo e através da sua participação em reuniões com decisores políticos.

Entre os principais resultados alcançados, destacam-se a submissão de um parecer de consulta pública relativo à transposição da Diretiva REDIII e a realização de dois eventos com peritos nacionais. Apesar de

alguns desafios, como a recusa de entidades como o ICNF e a REN em fornecer dados e a necessidade de adaptação a mudanças políticas, o projeto permitiu à ZERO influenciar diretamente o processo de implementação de energias renováveis em Portugal. A ZERO saiu reforçada enquanto ator relevante na área de energias renováveis

OE16 | Ter 49% de energia renovável no consumo de energia final do país em 2028

Áreas de trabalho	Objetivos Anuais
NECPlatform	OA16.1 Promover a participação das autoridades locais no processo de revisão do PNEC

Em 2024, o projeto **NECPlatform** foi o principal contributo para o objetivo estratégico OE16. Este projeto focou-se na organização de dois Diálogos para o Clima e a Energia (DCE), que reuniram stakeholders relevantes para discutir a governação multinível e a revisão do PNEC 2030. Apesar de não ter sido possível realizar o terceiro diálogo previsto, o projeto alcançou 63% dos seus objetivos anuais, destacando-se pela menção do projeto na versão final do PNEC 2030 e pelo reforço das relações com stakeholders nacionais e internacionais.

O NECPlatform também permitiu à ZERO consolidar a sua experiência na gestão de projetos LIFE e contribuir para a melhoria das políticas climáticas e energéticas nacionais. No entanto, desafios como a falta de conhecimento por parte das autoridades locais sobre o PNEC e atrasos no contacto com stakeholders foram identificados como áreas de melhoria para os próximos anos.

Para além do projeto a ZERO é uma das organizações da coligação TERAMED que pretende que se atinja o objetivo de 1 Terawatt de potência elétrica instalada de renováveis nos países do Mediterrâneo em 2030.

OE17 | Redução de pelo menos 35% no consumo de energia primária até 2028, em relação ao ano de 2005.

Áreas de trabalho	Objetivos Anuais
ECF Edifícios	OA17.1 Implementação eficaz da Diretiva de Eficiência Energética e da Diretiva de Desempenho Energético dos Edifícios em Portugal

Mobilidade

OE18 | 23% de renováveis no consumo final de energia no setor dos transportes até 2028

Áreas de trabalho	Objetivos Anuais
ECF Mobilidade	OA18.1 Promover a transição para automóveis, carrinhas, camiões e autocarros elétricos
	OA18.2 Promover a melhoria da qualidade do ar e a mobilidade sustentável nas cidades"
<i>Shipping Campaign</i>	OA18.3 Promover a implementação dos objetivos previstos no DL 84/2022 no que diz respeito à quota mínima de energia renovável no transporte marítimo (e aviação) que, a partir de 2027, deverá ser de 6%. e de 9% a partir de 2029.

OE19 | 35% de redução de emissões no setor dos transportes até 2028, em relação ao ano de 2005.

Áreas de trabalho	Objetivos Anuais
ECF Mobilidade	OA19.1 Promover uma mobilidade sustentável no âmbito dos objetivos nacionais e europeus
	OA19.2 Ações de advocacia junto dos decisores e outros intervenientes-chave para apoiar e promover a implementação de uma mobilidade partilhada, flexível e integrada
	OA19.3 Ações de advocacia junto dos decisores e outros intervenientes-chave para apoiar e promover a implementação de sistemas de micrologística nas áreas urbanas
	OA19.4 Fazer campanha a favor da utilização dos comboios como uma forte alternativa ambiental à utilização de automóveis, camiões e aviões. Continuar a defender ativamente a importância do investimento do país no sector ferroviário
Travel Smart	OA19.5 Promover a implementação de targets de redução de emissões de voos em 50% até 2025 (face a 2019), junto de entidades nacionais
	OA19.6 Promover a campanha Travel Smart junto da administração pública, incitando à implementação de targets de redução de emissões de voos
Shipping Campaign	OA19.7 Influenciar a tomada de decisão ao nível nacional e regional para colocar o setor do transporte marítimo numa rota de descarbonização, alertando contra falsas soluções como o GNL e biocombustíveis.
	OA19.8 Promover o debate e aumentar o conhecimento geral sobre as emissões do setor do transporte marítimo e sobre as propostas de descarbonização defendidas pela ZERO.
AtIECA Campaign	OA19.9 Influenciar todos os países do Atlântico Nordeste (Portugal, Espanha, França, Reino Unido, Irlanda, Ilhas Faroé, Islândia e Gronelândia) a submeterem uma proposta de Área de Emissões Controladas (ECA) de enxofre e óxido de azoto no Atlântico Nordeste na 83.ª sessão do Comité de Proteção do Ambiente Marinho, garantindo que Portugal assume papel de liderança no processo.

O projeto **ECF Mobilidade** contribui para ambos os objetivos (OE18 e OE19) tendo como foco principal a descarbonização do setor dos transportes, promovendo a eletrificação e a transferência modal para o transporte público. Em 2024, o projeto desenvolveu campanhas de sensibilização, petições, consultas públicas e participou em projetos-piloto, com o objetivo de reduzir as emissões de gases com efeito de estufa (GEE) e aumentar a utilização de fontes renováveis no setor dos transportes.

Entre as principais iniciativas, destacam-se a petição "Todos a Bordo", que foi submetida à Assembleia da República, e o "Barómetro da Mobilidade", que recolheu dados sobre os hábitos de transporte da população

portuguesa. Além disso, o projeto promoveu a qualidade do ar e a mobilidade sustentável através de campanhas e parcerias estratégicas.

Apesar de alguns desafios, como a complexidade de abordar temas como matérias-primas críticas e mineração, o projeto conseguiu cumprir a maioria dos seus objetivos e consolidar a ZERO como uma referência na área da mobilidade sustentável.

Quanto aos principais resultados, é possível identificar:

- Petição "Todos a Bordo": Submetida à Assembleia da República, a petição defendeu a melhoria da mobilidade ferroviária em Portugal, com foco na eletrificação e na acessibilidade.
- Barómetro da Mobilidade: Realização de um questionário nacional para avaliar os hábitos de transporte da população e identificar barreiras à adoção de soluções mais sustentáveis.
- Projetos-piloto: Desenvolvimento de iniciativas de logística urbana sustentável e mobilidade partilhada em cidades-piloto.
- Campanhas de sensibilização: Realização de campanhas sobre qualidade do ar e ruído, destacando os impactos da mobilidade urbana na saúde pública.
- Advocacia e influência política: Participação em consultas públicas, incluindo Planos de Mobilidade Urbana Sustentável (PMUS), e reuniões com decisores políticos para promover políticas de transporte sustentável.
- Parcerias estratégicas: Colaboração com redes europeias e nacionais, incluindo três grupos de trabalho europeus, para promover a transição para transportes mais limpos.

3. SOLO E GESTÃO DO TERRITÓRIO

Esta Área Temática, à semelhança do que aconteceu em anos anteriores, vê a sua ação muito marcada pela ausência de recursos financeiros de suporte à dedicação a tempo inteiro por parte de um recurso humano, o que nem sempre é possível devido ao facto de existir muito tempo alocado à gestão de projetos que suportam financeiramente a existência de colaboradores remunerados.

Algumas limitações em matéria de capacitação relativamente ao recurso solo, por forma a garantir um acompanhamento pormenorizado nesta subárea, continua a ser um óbice à definição de um posicionamento da Associação junto de stakeholders importantes e dos decisores políticos, bem como à definição de uma estratégia de promoção da literacia e de mobilização para sua conservação.

Ainda assim, no que respeita à componente de participação da ZERO em consultas públicas no que à avaliação de impacte ambiental diz respeito, registou-se uma melhoria, o que resulta da disponibilização parcial de vários recursos humanos e também da existência de um ponto focal para este importante setor de atividade.

Para efeitos melhoria no que concerne à definição dos objetivos foi efetuado um ajustamento que vai mais em linha de conta com a intervenção da ZERO nos temas elencados, pelo que, a negrito, identifica-se a nova denominação do Objetivo Estratégico, atualização que passará a figurar no Programa de Atividades para 2025.

OE20 | Atingir um balanço neutro de degradação do solo e recuperação de 100% dos solos degradados e contaminados a nível nacional. **[Promover um adequado ordenamento do território e gestão equilibrada do uso e ocupação do solo.]**

Área de trabalho	Objetivo Anual
Política Pública – Combate à desertificação	OA20.1 Acompanhar a revisão do Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação (PANCD).
Projeto Solo (parceria CURIOSOIL)	OA20.2 Desenvolver projeto na área da educação para o solo em parceria com a CURIOSOIL

Ao nível da monitorização da aplicação e eficácia do Programa Nacional de Ordenamento do Território (PNPOT) foram desenvolvidos mapas de alguns dos principais instrumentos de gestão do território, facilitando a adoção de ferramentas SIG dentro do GT Territórios, promoveu-se a adoção de algumas ferramentas SIG por coletivos locais e foi promovida a adesão formal à Plataforma Água Sustentável, passando pelo que incorporamos seis plataformas cidadãs na área de gestão dos territórios e recursos hídricos.

Em termos da participação em redes de promoção do conhecimento, projetos demonstrativos e advocacy para um uso sustentável do solo: a ZERO integrou a comunidade de prática da CURIOSOIL, um projeto europeu, promovido pela Ecolise, centrado na partilha dos resultados do projeto, nomeadamente conteúdo educativo sobre o solo.

Na área da conservação e monitorização do recurso Solo, a ZERO apresentou necessidades de alocação de tempo/recursos em diversos projetos, que, por conseguinte, não permitiram um acompanhamento Diretiva relativa à Monitorização e Resiliência dos Solos. O trabalho nesta área passa para 2025.

OE21 | Garantir que há uma redução líquida da área artificializada do solo, invertendo a tendência atual. **[Influenciar para a introdução de melhorias no regime jurídico da avaliação de impacte ambiental]**

Área de trabalho	Objetivo Anual
Movimento Dunas Livres	OA21.1 Contestar os projetos turísticos que vão ocupar a península de Troia
Movimento Alagoas Brancas	OA21.2. Acompanhar o plano de intervenção de recuperação e requalificação da área

Outras áreas de trabalho não englobadas em objetivos estratégicos

Área de trabalho	Objetivo Anual
Política Pública - Participação	Conceber um projeto para a aplicação do Diagnóstico Rural Participativos (DRP)
Avaliação de impacto ambiental	Assegurar verificação, acompanhamento e monitorização dos diferentes projetos colocados em processo de AIA e verificação de cumprimento de declarações de impacto ambiental.

Quanto à participação estratégica nas consultas públicas de iniciativas suscetíveis de causar impactes ambientais significativos com relevância territorial, no ano de 2024, das 239 consultas públicas que foram

monitorizadas e acompanhadas houve uma participação da ZERO em 64 (~27%). Destas, as categorias com mais participação foram: Minas e Pedreiras (22%), Energia (20%), Agricultura e Pecuária (19%) e Recursos Hídricos (11%). Podemos destacar o envolvimento da ZERO em algumas consultas públicas com elevada adesão como o Projeto Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo (HM-MN), a Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve, a alteração da Exploração Pecuária da Quinta da Arroteada e a Central Solar Fotovoltaica de Ferreira do Alentejo - Projeto Reformulado. Também participámos em consultas públicas de planos e programas, destacando-se o Plano Nacional Energia e Clima 2030 (PNEC 2030) e o Roteiro Nacional para o Desenvolvimento Sustentável 2030 (2024-2026).

4. ÁGUA E OCEANOS

Esta área temática foi uma das que registou melhorias muito significativas em 2024, em particular no que ao Oceano diz respeito, situação que não é alheia ao facto de agora existirem duas colaboradoras a acompanharem de perto estas temáticas.

Ainda assim, é um contexto que é resultado da existência de projetos de suporte à atividade de ambas, em alguns casos em prejuízo do acompanhamento realizado noutras subáreas, pelo que importa continuar a garantir que futuramente existem recursos financeiros adequados para que não haja retrocesso no trabalho da ZERO em temas que não podemos, nem devemos, deixar de acompanhar, dado que os mesmos são absolutamente críticos para, numa lógica 360º, continuar a acompanhar e a influenciar as políticas públicas e a mobilizar a sociedade.

Para efeitos de melhoria no que concerne à definição dos objetivos foi efetuado um ajustamento que vai mais em linha de conta com a intervenção da ZERO nos temas elencados, pelo que, numa cor diferente, identifica-se a nova denominação do Objetivo Estratégico, atualização que passará a figurar no Programa de Atividades para 2025.

OE22 | Garantir que é alcançado o bom estado de 100 % das massas de água, superficiais e subterrâneas, conforme definido na Diretiva Quadro da Água. [Pugnar para que seja alcançado o bom estado das massas de água superficiais e subterrâneas.]

Área de trabalho	Objetivo Anual
Política Pública	OA22.1 Monitorizar o cumprimento dos caudais definidos no âmbito da Convenção de Albufeira e defender a necessidade de implementação de regimes de caudal ecológico a todas as infraestruturas hidráulicas bem como de um programa de monitorização e de avaliação da eficácia dos regimes definidos.

Monitorizar o cumprimento dos caudais definidos no âmbito da Convenção de Albufeira e defender a necessidade de implementação de regimes de caudal ecológico a todas as infraestruturas hidráulicas bem como de um programa de monitorização e de avaliação da eficácia dos regimes definidos.

Houve lugar ao acompanhamento do trabalho desenvolvido pelos movimentos locais em defesa da água, dos quais a ZERO faz parte, através da participação em reuniões periódicas, pela emissão de comunicados conjuntos, no trabalho em parceria para divulgação e subscrição de uma carta aberta, promovida pela ZERO, dirigida à Ministra do Ambiente e Energia, relativa às negociações com Espanha no âmbito da Convenção de Albufeira. Após a carta aberta, subscrita por quase 40 organizações, foram realizadas duas reuniões no Ministério do Ambiente e Energia.

Nestas reuniões a ZERO teve a possibilidade de manifestar as suas preocupações relativas ao processo de negociação com Espanha, mas também em relação àquelas que são as prioridades nacionais para a gestão da água.

No seguimento da criação, por iniciativa do Ministério do Ambiente e Energia e do Ministério da Agricultura e Pescas, do grupo de trabalho para elaborar uma nova estratégia nacional para a gestão da água designada «Água que Une» e, face às pressões existentes para aumentar a oferta de água para a agricultura, a ZERO realizou o mini-documentário “Soluções Hídricas: Transvases, necessidade ou ilusão?”, divulgado no Dia Nacional da Água, no âmbito de um webinar dedicado a debater os desafios da gestão sustentável da água em Portugal e em particular os transvases e os seus impactes.

OE23 | Promover a eficiência hídrica nos vários sectores de atividade com vista a uma redução do consumo, per capita, de água em 20% até 2028. [Promover a eficiência hídrica nos vários sectores de atividade com vista a uma redução do consumo.]

Áreas de trabalho	Objetivos Anuais
Política Pública - PNUEA	OA23.1 Advogar pela revisão do PNUEA 2020
Política Pública – Revisão Regulamento geral	OA23.2 Advogar pela Revisão do Regulamento Geral dos Sistemas Públicos e Prediais de Distribuição de Água e Drenagem de Águas Residuais como meio para promover a utilização de sistemas de reutilização de águas cinzentas e aproveitamento de águas pluviais.
Política Pública – Planos de Eficiência	OA23.3 Acompanhar a implementação das medidas definidas nos Planos de Eficiência Hídrica do Alentejo e Algarve
Projeto MEDwater	OA23.4 Monitorizar a aplicação e eficácia do Programa Nacional de Ordenamento do Território (PNPOT)

Quanto à revisão do PNUEA 2020, foram realizadas reuniões com os vários grupos parlamentares, tendo também sido formalizada a posição da ZERO e identificada a necessidade de revisão Junto da Agência Portuguesa do Ambiente. Contudo, em virtude da evolução expectável das políticas públicas em matéria de recursos hídricos, nomeadamente a revisão do Plano Nacional da Água e a definição do novo Plano REGA, para o regadio público, espera-se que as futuras medidas para o uso eficiente da água sejam ser incorporadas nestas novas políticas, pelo que deixou de fazer sentido advogar pela revisão do PNEUA.

Ao nível da monitorização da aplicação e eficácia do Programa Nacional de Ordenamento do Território (PNPOT), foram desenvolvidos mapas de alguns dos principais instrumentos de gestão do território, facilitando a adoção de ferramentas SIG dentro do GT Territórios. Alguns mapas em webSIG foram desenvolvidos, no seguimento da plataforma que resultou do projeto MEDwater.

Ainda no âmbito do projeto MEDwater e do trabalho desenvolvido com os coletivos locais, foi realizado um workshop de estímulo e capacitação para a participação pública e um Webinar de encerramento do projeto no qual foram apresentados os resultados alcançados. Promoveu-se a adoção de algumas ferramentas SIG por coletivos locais e aderimos formalmente à Plataforma Água Sustentável, pelo que incorporamos seis plataformas cidadãos na área de gestão dos territórios e recursos hídricos.

Em termos da Revisão do Regulamento Geral dos Sistemas Públicos e Prediais de Distribuição de Água e Drenagem de Águas Residuais como meio para promover a utilização de sistemas de reutilização de águas cinzentas e aproveitamento de águas pluviais, foi um tema levado às reuniões realizadas com os vários grupos

parlamentares, tendo sido identificada a necessidade urgente de revisão deste diploma. Foram ainda realizadas reuniões com outras entidades, nomeadamente com a Associação Nacional para a Qualidade das Infraestruturas Prediais (ANQIP), trabalho que será retomado em 2025.

Quanto ao acompanhamento da implementação das medidas definidas nos Planos de Eficiência Hídrica do Alentejo e Algarve, a ZERO participou nos procedimentos de consulta pública referentes a projetos integrados nestes planos, nomeadamente em relação à Solução de Tomada de Água no Pomarão, acompanhou o projeto de Construção da Dessalinizadora do Algarve e neste âmbito foram realizadas reuniões com a entidade promotora do projeto, a Águas do Algarve, com a Agência Portuguesa do Ambiente e com os Ministérios do Ambiente e da Agricultura.

Foram ainda acompanhados outros projetos incluídos no Plano de Eficiência Hídrica do Algarve e alvo de financiamento pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), na componente de eficiência hídrica, destinados de reduzir as perdas nos sistemas de abastecimento público de água do Algarve, cuja entidade responsável é a Associação de Municípios do Algarve.

Também no âmbito dos projetos financiados pelo PRR, a ZERO participou em reuniões promovidas pela Comissão Europeia com o objetivo de obter feedback direto das organizações da sociedade civil sobre a execução dos projetos financiados.

OE24 | Concretização da antecipação, para 2026, da meta de criação de 30% de Áreas Marinhas Protegidas (AMP) e de conservação de, pelo menos, 10% das áreas costeiras e marítimas nacionais de forma estrita. [Concretização em 2030 da conservação de 30% da área marítima nacional da qual, pelo menos, 10% com proteção estrita.]

Áreas de trabalho	Objetivos Anuais
Oceano	OA24.1 Exigir a implementação de planos de gestão para todas as AMP em território nacional que mobilizem meios de monitorização e fiscalização robustos e eficientes, por forma a garantir o cumprimento dos objetivos de conservação e recuperação dos ecossistemas.
	OA24.2 Exigir publicamente a alocação de meios financeiros para a vigilância e fiscalização das atividades interditas e/ou condicionadas e para a implementação de medidas compensatórias para atividades económicas que sejam afetadas, temporária ou definitivamente com a criação de AMP.
	OA24.3 Garantir continuidade e robustez de financiamento para trabalho de advocacia e comunicação na área do Oceano

Durante 2024 a ZERO trabalhou no sentido de exigir a implementação de planos de gestão para todas as AMP em território nacional que mobilizem meios de monitorização e fiscalização robustos e eficientes, por forma a garantir o cumprimento dos objetivos de conservação e recuperação dos ecossistemas. Neste âmbito a ZERO reuniu duas vezes com Secretaria de Estado do Mar. Foi também emitido um comunicado de imprensa, realizadas divulgações nas redes sociais, e produzido um podcast, além da participação em consultas públicas.

Não foram criadas coligações formais com outras ONG nacionais em matéria de oceano mantendo-se, no entanto, reuniões informais frequentes com parceiros nacionais, organizadas conforme necessário para

reagir a notícias e/ou acontecimentos relevantes. Importa sublinhar a participação da ZERO na Assembleia de Membros da Seas At Risk, em Bruxelas, uma coligação europeia da qual somos membros.

Em resposta a necessidades emergentes, a ZERO reuniu (em formato online e presencial) com a Secretaria Regional de Agricultura, Pescas e Ambiente da Madeira e com o Instituto das Florestas e da Conservação da Natureza (IFCN), visando impedir a aprovação da proposta do CHEGA-Madeira para reduzir o regime de proteção total da Reserva Natural das Ilhas Selvagens. Neste contexto, foram ainda, emitidos comunicados de imprensa, redigido um parecer a pedido da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira (ALRAM) e lançada a campanha pública de recolha de assinaturas "*Atum nem mais um*".

Com vista a assegurar a continuidade e consolidação do trabalho na área do Oceano, foi submetida uma proposta de financiamento à Fundação Oceano Azul que, devido à alteração da política interna financeira desta entidade, não teve sucesso.

OE25 | Efetivar a aplicação do princípio da precaução, implementando uma moratória à mineração em mar profundo aplicável a toda a Zona Económica Exclusiva e plataforma continental estendida. [Efetivar o princípio da precaução e da gestão sustentável dos recursos oceânicos aplicável a toda a ZEE e Plataforma Continental Estendida.]

Áreas de trabalho	Objetivos Anuais
Oceano	OA25.1 Participar e estimular o debate público sobre os potenciais impactes negativos da mineração em mar profundo, exigindo maior rigor científico e transparência na tomada de decisões relativas à mineração em mar profundo.
	OA25.2 Participar mais ativamente na mobilização da sociedade civil em torno de uma moratória, exercendo maior pressão junto das autoridades.

No que diz respeito aos potenciais impactes negativos da mineração em mar profundo, durante as reuniões com a Secretaria de Estado do Mar, a ZERO levou este tema à discussão, defendendo a retoma da iniciativa legislativa não concluída em 2023, que previa a imposição de uma moratória até 2050 para a mineração em mar profundo nas águas portuguesas, garantindo que esta medida fosse formalizada por Lei.

Quanto à mobilização da sociedade civil em torno de uma moratória, exercendo maior pressão junto das autoridades, foi emitido um comunicado de imprensa, denunciando as falhas e atrasos no posicionamento de Portugal e exortando os Estados-Membros da UE a adotarem uma moratória ou pausa na exploração mineira em águas sob a sua jurisdição, bem como apelando a que Portugal apoiasse uma moratória internacional. A concretização de outras atividades previstas, não foi possível devido à ausência de financiamento dedicado. Por outro lado, o tema não estava definido como prioritário para 2024, com os esforços da ZERO focados na moratória recentemente assinada pelo Governo Português.

OE26 | Promover a Literacia do Oceano, nas comunidades escolares em particular e na sociedade em geral, por forma a capacitar e mobilizar os cidadãos para a ação em prol da conservação do oceano. **[Capacitar e mobilizar os cidadãos para ações em prol do Oceano.]**

Áreas de trabalho	Objetivos Anuais
SeaTales “Promover a Literacia do Oceano e a sustentabilidade ambiental nas comunidades escolares”	OA26.1 Criação de um currículo de apoio aos docentes do ensino básico na integração dos temas do oceano em diferentes disciplinas
	OA26.2 Formação de professores do ensino básico e secundário para a incorporação dos temas do oceano e atividades relacionadas em contexto de sala de aula - programa formativo

No âmbito do projeto SEA TALES, foi desenvolvido colaborativamente um currículo azul para professores, tendo a ZERO ficado responsável por um dos módulos, o qual incorporou 6 planos de aula e respetivas atividades, destacando estratégias de *role-playing*.

Foram ainda realizadas várias outras atividades, tendo a ZERO ficado responsável por elaborar um plano de qualidade e respetivos relatórios, um plano de disseminação e um plano editorial, além do envolvimento em ações de promoção da visibilidade do projeto.

No âmbito da formação de professores, a ZERO organizou e conduziu um workshop na Roménia com a duração de 3 dias, capacitando 25 professores, nos quais se incluíram 5 portugueses, para a implementação das atividades do currículo.

Outras áreas de trabalho não englobadas em objetivos estratégicos

Áreas de trabalho	Objetivos Anuais
Jovens Detetives Ambientais	Contribuir para a proteção e recuperação dos ecossistemas ribeirinhos desenvolvendo a consciência ecológica e o espírito crítico de crianças e jovens em idade escolar.
Projeto água da torneira	Motivar a adesão à campanha água da torneira
	Comunicar, junto dos mais jovens, sobre os benefícios associados ao consumo de água da torneira e sobre os impactes associados ao consumo de água engarrafada

Nestas duas áreas não foi possível avançar em 2024, visto que não foi possível obter financiamento. Trata-se de um processo que está a decorrer com a EPAL e sobre o qual se esperam notícias positivas em 2025.

5. BIODIVERSIDADE, AGRICULTURA E FLORESTAS

Também nesta Área Temática continuaram a registar-se melhorias, tendo em conta que passou a existir mais uma colaboradora dedicada à subárea das florestas e a subárea da agricultura já se encontra consolidada. Ainda que tenham emergido algumas fragilidades ao nível do financiamento direto ao trabalho de

acompanhamento e influência de políticas públicas, conseguiu-se por via indireta de projetos cofinanciados colmatar as lacunas identificadas.

O desafio para 2025 é precisamente tentar resolver as dificuldades inerentes ao financiamento deste conjunto de subáreas uma vez que, por norma, não existe perceção por parte dos potenciais financiadores que estamos em presença de verdadeiros desafios societais.

Para efeitos melhoria no que concerne à definição dos objetivos foi efetuado um ajustamento que vai mais em linha de conta com a intervenção da ZERO nos temas elencados, pelo que, numa cor diferente, identifica-se a nova denominação do Objetivo Estratégico, atualização que passará a figurar no Programa de Atividades para 2025.

OE27 | Garantir a aplicação das medidas definidas na Lei do Restauro. [Promover publicamente o incremento da conservação da natureza e da biodiversidade, através de políticas públicas e de ações de mobilização da sociedade.]

Área de trabalho	Objetivo Anual
Lei do Restauro	OA27.1 Capacitação interna para a participação no plano nacional de restauro da natureza

Em termos da capacitação interna para a participação no plano nacional de restauro da natureza, foi realizada uma formação interna, não em formato webinar, mas sim presencial, aproveitando a oportunidade da realização de um Encontro trimestral do Grupo de Trabalho dos Territórios.

OE28 | Acompanhar a implementação da política florestal e de prevenção dos fogos rurais.

Áreas de trabalho	Objetivos Anuais
Política Pública - transformação da paisagem	OA28.1 Acompanhar a implementação do Programa de Transformação da Paisagem (implementação das AIGP/OIGP e condomínios de aldeia)
Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais	OA28.2 Acompanhar Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais
	OA28.3 Revisão e implementação das regras das redes de defesa pelos privados no âmbito do PNGIRF
Política Pública – Manifesto de corte	OA28.4 Monitorizar o Sistema de Informação de Manifesto de Corte (SiCorte)

Sobre o Programa de Transformação da Paisagem (implementação das AIGP/OIGP e condomínios de aldeia), foram solicitados relatórios e informação sobre as candidaturas aprovadas de Condomínios de Aldeia, mas

como houve atrasos no processo, não foi possível precisar a data em que o procedimento estaria concluído, não tendo sido concluído o acompanhamento deste Plano.

Relativamente à implementação das AIGPs, não foram feitas as análises, reuniões e comunicados previstos. Foi realizada uma reunião com o Secretário de Estado das Floresta, tendo apresentado questões sobre os processos e a nossa posição relativamente a estes temas.

Em termos de acompanhamento do Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais foi realizado um comunicado, foi solicitada informação às entidades competentes, foram realizadas reuniões com a AGIF, com o ICNF e com o Secretário de Estado das Florestas.

No que diz respeito à monitorização do Sistema de Informação de Manifesto de Corte (SiCorte), o ICNF está a desenvolver no sistema de informação do Manifesto de Corte (SiCorte). Estando esta iniciativa em curso, aguardamos por desenvolvimentos.

OE29 | 50% dos Municípios com circuitos curtos alimentares colaborativos implementados, em que os alimentos são produzidos, comercializados e consumidos dentro da sua área geográfica, respeitando a sazonalidade e garantindo a obtenção de valor acrescentado para o território. **[Promover a sustentabilidade do sistema agroalimentar.]**

Área de trabalho	Objetivo Anual
Política Pública	OA29.1 Advogar pela priorização dos circuitos curtos (CC) agroalimentares e os sistemas participados de garantia na política agrícola nacional

Sobre este tema, não foram feitas as reuniões previstas, pois surgiram outras atividades prioritárias, (nomeadamente a ação judicial de impugnação da DIA do AHFM do Crato [barragem do Pisão], participação em processos de AIA relevantes, e outras solicitações). No entanto, o apelo a incentivos específicos e estruturais para as cadeias curtas foi incorporada nas nossas intervenções de advocacy a políticas públicas, nomeadamente para o Plano de Ação do Governo e para o PNEC 2030. Uma medida específica veio a ser incluída na versão final do PNEC 2030, em linha com as recomendações tecidas pela ZERO e a ProVeg.

OE30 | Integração de, no mínimo, 50% de alimentos produzidos em modo de produção biológico nas ementas escolares e de 75% na fruta escolar (desenvolvimento de metas progressivas bianuais até 2030).

Área de trabalho	Objetivo Anual
Política Pública - agricultura biológica	OA30.1 Acompanhar execução da estratégia nacional da Agricultura Biológica (ENAB) e do plano de ação.
Política Pública - PANUSPF	OA30.2 Acompanhar a revisão do Plano de Ação Nacional para o Uso Sustentável de Produtos Fitofarmacêuticos (PANUSPF)

Quanto ao acompanhamento da execução da estratégia nacional da Agricultura Biológica (ENAB) e do plano de ação, houve uma renovação meramente burocrática do plano de ação, ao que a ZERO submeteu um parecer negativo. Nenhuma outra atividade relevante de reformulação da ENAB foi levada a cabo pelo Governo.

Em termos do Plano de Ação Nacional para o Uso Sustentável de Produtos Fitofarmacêuticos (PANUSPF), dado que não houve revisão do mesmo, foi feito um acompanhamento das discussões da proposta de regulamento para o uso sustentável de pesticidas (SUR).

Quanto à avaliação do desempenho do sistema de retoma de embalagens de pesticidas – SIGERU, não houve progresso nesta área.

OE31 | Integração de proteína vegetal nas ementas escolares de forma que represente 25% do aporte proteico das refeições semanais (almoços/jantares) em todos os graus de ensino.

Área de trabalho	Objetivo Anual
Política Pública – promoção da proteína vegetal	OA31.1 Promover a adoção das medidas do Plano Nacional de Promoção à Proteína Vegetal.

As atividades previstas foram concluídas, com a nota de que uma medida específica foi incluída na versão final do PNEC 2030, vinculando o Governo a elaborar uma estratégia específica para a promoção do consumo de proteína vegetal.

OE32 | 5% das explorações agrícolas adotam práticas agroecológicas (técnicas de produção agrícola que copiem e otimizem os processos ecológicos que ocorrem nos ecossistemas naturais).

Área de trabalho	Objetivo Anual
Promoção das práticas agro-ecológicas	OA32.1 Conceber um projeto/candidatura para criação de uma rede de movimentos promotora da agroecologia como solução contra a desertificação

Procedeu-se à conceção de um projeto para criação de uma rede de movimentos promotora da agroecologia como solução contra a desertificação, tendo o mesmo sido submetido à Allianz Foundation. Infelizmente, não foi aprovado.

OE33 | Aumento da eficácia da Política pública de conservação da natureza e da biodiversidade

Áreas de trabalho	Objetivos Anuais
Passaporte da Natureza	OA33.1 Desenvolver web application "Passaporte da Natureza"
Parceria Rewilding Portugal	OA33.2 Promoção da renaturalização como ferramenta central da política pública para as áreas classificadas
Política Pública - SIC	OA33.3 Propor a designação de SIC das serras da Boavista e do Bouro

Política Pública - Aquicultura	OA33.4 Monitorizar a instalação de aquiculturas em áreas classificadas
Política Pública - PACLobo	OA33.5 Exigir a revisão do PACLobo
Política Pública – Plano de ação	OA33.6 Acompanhar implementação do Planos de Ação do Saramugo e Aves Necrófagas
Política Pública - Cadastro	OA33.7 Comunicar atraso no Cadastro Nacional dos Valores Naturais Classificados
Manifesto Programa de Revitalização da Serra da Estrela	OA33.8 Contestar projetos problemáticos no PRPNSE

O desenvolvimento da *web application* "Passaporte da Natureza" está associado a um projeto criado em parceria com um mecenas privado, com o qual se definiu uma alteração estratégica do foco da parceria, que levou ao adiamento da execução deste projeto para 2026.

No que concerne à promoção da renaturalização como ferramenta central da política pública para as áreas classificadas foi estabelecida uma parceria com a Rewilding Portugal, por forma a conceber uma proposta de regulamentação das reintroduções e reforços populacionais, a preparar uma proposta de melhoria do atual modelo de co-gestão das áreas protegidas (cogestão 2.0) e a emissão de comunicados conjuntos em momentos-chave. Em 2024 os objetivos estabelecidos no âmbito da parceria ficaram aquém do desejável - foi apenas emitido um comunicado por ocasião do Dia Mundial do Rewilding - prevendo-se que as ações previstas sejam concretizadas em 2025.

Anualmente é solicitada informação ao ICNF sobre aquiculturas em áreas classificadas, mas como não foram identificados problemas, não foi necessário sinalizar publicamente eventuais situações negativas.

Quanto à revisão do Plano de Ação para Conservação do Lobo-ibérico, foi solicitada informação ao ICNF, não tendo havido qualquer resposta. Ainda assim, da nossa pressão resultou a divulgação dos censos da espécie e da comunicação que 2025 será o ano de início da revisão do Plano.

No que concerne ao acompanhamento da implementação dos Planos de Ação do Saramugo e Aves Necrófagas, foi solicitada informação ao ICNF e foram realizadas reuniões. Quanto às aves necrófagas, este plano carece de uma revisão, pelo que continua a ser um objetivo exigir que o documento seja sujeito a consulta pública, com prévia avaliação dos resultados obtidos.

Quanto ao atraso no Cadastro Nacional dos Valores Naturais Classificados, foi efetuada uma comunicação pública, bem como diligências junto do Ministério do Ambiente e Energia para que o mesmo garantisse que o documento iria para consulta pública, situação que só veio a concretizar-se já em 2025. Foi feito igual esforço junto dos Governos Regionais dos Açores e Madeira para que se pronunciassem sobre se produziram o seu próprio cadastro ou se haveria uma articulação com a parte continental, sendo que esta última opção foi a escolhida por ambos.

Quanto ao Plano de Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela, através de um documento obtido junto de entidades oficiais, foram identificados os projetos mais problemáticos e foi delineada uma estratégia conjunta com outras organizações de influência pública para a alteração dos projetos críticos identificados no programa.

No âmbito do projeto SEGG - Social Economy Goes Green - que consiste na integração de Soluções Baseadas na Natureza no currículo de Economia Social ZERO foi responsável por um módulo de Introdução às SBN para um Manual de apoio a professores. A ZERO desenvolveu ainda um MOOC ou Curso Online para Professores que engloba todo o conteúdo escrito no Manual desenvolvido pelos vários parceiros. Fez-se ainda a tradução para português dos vários módulos do Manual e do MOOC e foi feito um teste junto de professores. Ainda no âmbito deste projeto foi efetuado um mapeamento e identificação de currículos ou cursos na área do ensino superior que incluem atividades baseadas em competências centradas nas atividades educativas das SBN e concebidas para desenvolver e melhorar as várias competências verdes e transversais dos estudantes.

OE34 | Incremento da área de floresta biodiversa, multifuncional e resiliente em Portugal

Áreas de trabalho	Objetivos Anuais
Myrica	OA34.1 Restaurar 2 habitats prioritários: faial-medronhal e zimbral dunar nos talhões 144 e 160 da Mata de Leiria (7ha)
Política Pública – espécies autóctones	OA34.2 Promover o investimento em espécies autóctones
Política Pública – reconversão eucaliptal	OA34.3 Exigir a reconversão da área ocupada por eucaliptal abandonado nas áreas classificadas e que a área total de eucaliptal em Portugal não aumente

No âmbito do projeto Myrica - Plante uma árvore, foram realizadas 2 ações de controlo de espécies invasoras nos talhões geridos na Mata Nacional de Leiria, foram plantadas 16840 árvores e arbustos em cerca de 7 hectares na Mata Nacional de Leiria com o apoio de 8 empresas e múltiplos cidadãos quer através dos seus donativos, quer pela sua participação em 2 ações de voluntariado, e também através da contratação de serviços.

No sentido de promover o investimento em espécies autóctones, houve reuniões com parceiros privados para apresentar o projeto Myrica, foi realizado um webinar e um comunicado relativo ao barómetro de investimento florestal (ambos em conjunto com o Centro Pinus)

Sobre o tema da reconversão da área ocupada por eucaliptal abandonado nas áreas classificadas e que a área total de eucaliptal em Portugal não aumente houve reuniões com empresas privadas, onde foi concordado que não se deveria aumentar a quota de área máxima de eucaliptal para o território nacional.

OE35 | Aumento da eficácia da Política pública na área da Floresta

Áreas de trabalho	Objetivos Anuais
Biomassa	OA35.1 Aumentar a consciencialização da população sobre a utilização insustentável da floresta para energia
	OA35.2 Advogar pela adoção de medidas políticas em prol da redução da utilização insustentável da biomassa
CLUA - FERN	OA35.3 Acompanhar e divulgar a implementação do Regulamento Europeu Anti-Desflorestação (EUDR)

No âmbito do primeiro objetivo anual, para além da participação num programa de televisão dedicado à queima de biomassa para energia, sempre que pertinente foi efetuada divulgação de posições nas redes sociais.

Foram concretizadas as atividades previstas sobre a adoção de medidas políticas em prol da redução da utilização insustentável da biomassa, nomeadamente a participação em reuniões com os colegas da coligação europeia, reuniões com entidades como o ICNF e a Secretaria de Estado das Florestas, e recolha de dados para atualização do cenário nacional de utilização de biomassa. A atualização dos dados nacionais sobre o consumo de biomassa, com a atualização do barómetro anual, foi adiada para 2025.

Quanto ao acompanhamento da implementação do Regulamento Europeu Anti-Desflorestação (EUDR), houve o desenvolvimento de campanhas e momentos de comunicação, a implementação de um sistema de benchmarking e uma reunião com o ICNF.

21 de março de 2025

A Direção da ZERO – Associação Sistema Terrestre Sustentável

Francisco Ferreira

Presidente, ZERO – Associação Sistema Terrestre Sustentável